

O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Vieira Silva Pereira¹, Flander de Almeida Calixto²

RESUMO

O artigo pesquisou o trabalho do Serviço Social no atendimento das famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola municipal de ensino infantil. Objetivou-se conhecer as estratégias no trabalho do/a assistente social na equipe multiprofissional e com as famílias das crianças com TEA por meio das políticas sociais públicas, (faixa etária de 10 meses a 4 anos). A pesquisa se justifica pela importância da inserção e inclusão social da criança com TEA na escola de ensino infantil, mas também a importância da instrumentalidade utilizada pelo/a assistente social nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças, por meio do atendimento multidisciplinar direto às famílias. Conhecer o trabalho educacional realizado com o apoio das Redes da cidade, ao considerar que o assistente social atua conforme a racionalidade dada pela totalidade ao se conduzir na intervenção de modo crítico e competente, comprometido com a garantia dos direitos. Busca com a finalidade de seu trabalho a construção de estratégias para emancipação dos usuários. A pesquisa se desenvolveu com o método de pesquisa exploratória e um instrumental de nove perguntas abertas que foram respondidas por assistentes sociais de 4 escolas sorteadas no município.

Palavras-Chave: Serviço Social; escola; famílias, TEA.

ABSTRACT

The article researched the work of Social Services in assisting families of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) at the municipal preschool. The objective was to understand the strategies in the work of social workers in the multidisciplinary team and with the families of children with ASD at regular schools through public social policies (age range from ten months to four years). The research is justified taking into account the importance of insertion and social inclusion of children with ASD in regular schools, but also the importance of the instruments used by social workers in public social policies to guarantee the inclusion and permanence of children, for through direct multidisciplinary care to families, and get to know the educational work carried out with the support of the city's networks, taking into account that the Social Work professional must have a critical and competent perspective of the totality, committed to rights, helping in the construction of strategies for emancipating users. The research is developed using the exploratory research method and an instrument of nine open questions that are answered by social workers from four randomly selected schools.

Keywords: Social Work; school; families; ASD.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: beatrizvieira2259@gmail.com

² Mestre em Serviço Social, Doutor em Educação, docente no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: flanderac@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo se refere a pesquisa com base em experiência do estágio curricular obrigatório de Serviço Social, em uma escola municipal, da Educação Básica³, de ensino infantil. A escolha desse tema surgiu pelo interesse em conhecer o trabalho do Serviço Social com as famílias das crianças com TEA, por meio da contribuição que a equipe multidisciplinar desenvolve nas escolas para garantir a inclusão e permanência das crianças. Para tanto foi necessário conhecer o trabalho da rede com as famílias dos escolares, que são a referência primordial para intervenção do Serviço Social. O tema, por ser recente no Serviço Social, tornou-se difícil para encontrar dados secundários, pois há pouca publicação. Observou-se visões e percepções distintas que dialogam diante do aumento acentuado desse público nas escolas⁴ causando o crescimento das demandas para os profissionais da equipe técnica. O objeto de estudo se refere as estratégias de trabalho da/o assistente social junto as famílias de crianças autistas na escola e com probabilidade de autismo.

Para o Serviço Social importa ir além do diagnóstico do TEA, que já é um desafio romper com o estigma, pois observou-se que ter um diagnóstico no imaginário coletivo parece ser a resposta para todos as situações que envolve as crianças, as famílias e a escola. É fato que não há na rede e na escola a necessária infraestrutura que garanta o direito das crianças se educarem adequadamente conforme a sua condição. Para o Serviço Social é necessário ir além do diagnóstico para atender de modo ético o estudante e sua família na condição de cidadãos que tem direito a um serviço qualificado por parte do Estado conforme Art. II da LDB⁵.

Entretanto, a importância dada ao diagnóstico, se prende a encontrar uma orientação da melhor conduta a ser aplicada no encaminhamento da equipe multiprofissional da escola. As dificuldades de acesso aos recursos de atendimento decorrem tanto pelo quadro complexo e inicial da criança, quanto da disponibilidade de serviços na rede, com a devida competência técnica, para que o diagnóstico se materialize guiando uma conduta. Aí já esbarramos com um problema central para o assistente social: a rede responder à necessidade das crianças. Na

³ Educação Básica- Segundo o Artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

⁴ Não encontramos dados de crescimento em pesquisas correlatas, embora a observação e analogias com anos anteriores aparentemente, comprovam essa hipótese de crescimento dessa população. Porém é uma hipótese que necessita dados quantitativos que a comprove.

⁵ lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

realidade, as garantias de acessibilidade para as crianças só vão ser conquistadas quando houver um laudo, que muitas vezes, vem tardio.

Em relação ao acompanhamento que essa demanda gera constata-se que há estudantes que necessitam de uma gama diferente de profissionais, isso impacta na rotina de trabalho porque requer a participação de psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos e as terapêuticas seriadas. Esses profissionais terão de fazer uma abordagem diferenciada porque a criança não pode ter acesso aos benefícios de lei quando o profissional não é especializado para dar os laudos. Logo, isso requer uma rede presente e capacitada para atender essa especificidade falha das políticas sociais. Geralmente, o investimento para a rede é contraposto pelo gestor público como “CUSTO”. Nessa ótica percebe-se que a motivação para atender as necessidades dos estudantes exigirá do executor da política uma postura que seja focada na cidadania e não apenas nos orçamentos e em contabilidade do econômico. Considera-se tais diretivas da racionalidade instrumental para que a intervenção seja qualificada, e assim, depreende que as estratégias que as/os assistentes sociais precisam encontrar no trabalho profissional com as famílias, devem estar conectadas com as políticas sociais “efetivas, eficazes e eficientes⁶” (sic.). Mais uma vez, a “velha” discussão entre demandas institucionais x demandas profissionais (VASCONCELOS, 2009, p.171)

O desdobramento da hipótese refere que o/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola de ensino infantil, por meio do atendimento multidisciplinar direto com as famílias. No entanto, pode-se afirmar que o apoio da Rede do município e os profissionais capacitados para atender o público com TEA, contribuem para a garantia dos direitos dessas crianças.

A pesquisa pretendeu conhecer as estratégias no trabalho do/a assistente social na equipe multiprofissional e com as famílias das crianças com TEA da escola de ensino infantil por meio das políticas sociais públicas, considerando o público da faixa etária de 10 meses a 4 anos. Metodologicamente, as técnicas utilizadas para realizar a pesquisa foram: a observação, a

⁶ Essa trilogia vem do vocabulário da administração de empresas, se faz presente no discurso oficial dos gestores públicos e privados. Deve ser olhada com certa desconfiança se for focada apenas na lógica de CUSTOS (racionalidade instrumental). Segundo, Marinho e Façanha (2001), “a efetividade diz respeito à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência denotaria competência para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e esforços; e a eficácia, por sua vez, remete a condições controladas e a resultados desejados de experimentos, critérios que, deve-se reconhecer, não se aplicam automaticamente às características e realidade dos programas sociais que devem considerar a dimensão social e o ganho de qualidade dos atendimentos, que vão às vezes ter um maior dispêndio financeiro, mas ofertará ao cidadão um benefício de direito .

pesquisa exploratória e qualitativa, utilizando como instrumento a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica por meio de um formulário com nove questões abertas aplicadas à duas assistentes sociais de 4 escolas municipais, selecionadas por meio de sorteio.

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2010, p.27).

Como diz respeito a uma pesquisa qualitativa, por basear-se na perspectiva de quatro escolas da rede, houve uma articulação entre indivíduo e pesquisador tornando possível uma aproximação da realidade estudada, considerando a dimensão de totalidade em que se encontra o objeto. A pesquisa bibliográfica, foi realizada com base em textos já publicados, entre eles: livros, revistas, jornais, textos em PDF de referência, teses e dissertações. De acordo com (Gil, 2010), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa de campo foi fundamental para levantar os dados primários na coleta de informações e, teve como principal objetivo confrontar os dados de referência para comprovar/confirmar e/ou negar a hipótese de pesquisa: o/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola de ensino infantil, por meio do atendimento multidisciplinar direto às famílias.

Foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em 2 vias, e levado presencialmente no dia da entrevista da/o assistente social nas escolas municipais selecionadas com a assinatura da pesquisadora e do coordenador da pesquisa. Foi lido e esclarecido presencialmente para o participante da pesquisa, a quem foi entregue uma via. Após ser lido e esclarecido o TCLE, o mesmo foi assinado voluntariamente pelo participante da pesquisa. A proposta foi fazer uma entrevista a se realizar com uma assistente social das escolas municipais, selecionadas por sorteio, em um universo de 19 escolas. Destas, foram selecionadas 4 escolas que somente atendem crianças da educação infantil da faixa etária de 10 meses a 4 anos, compondo o universo de coleta. A coleta de dados foi semipresencial, já que a pesquisadora se dirigiu até as escolas selecionadas para fazer um agendamento prévio da entrevista presencial com as/os assistentes sociais. No dia da entrevista, foi disponibilizado pelo aplicativo de *WhatsApp* o link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdwgswewrDsdITZLwXK5hLGwpI7ZHMCEuG>

HesxYhnarV_Ku7w/viewform?usp=sf_link disponível no *google forms*. Neste link contém o formulário com nove questões abertas.

Inicialmente, a proposta foi aplicar o questionário para quatro assistentes sociais das quatro escolas selecionadas, mas, após a pesquisadora se direcionar até as escolas sorteadas foi informado que a assistente social de uma das escolas teve seu contrato rescindido pela prefeitura do município. A escola 1 é atendida por uma assistente social, as escolas 2 e 3 são atendidas por apenas uma assistente social e a escola 4 não tem assistente social. Por esse motivo a pesquisa foi aplicada para duas assistentes sociais. Apesar do número reduzido de participantes não houve prejuízo do teor válido das respostas porque o processo de atendimento instrumental que apareceu nas respostas indicou haver uma relativa semelhança na instrumentalidade ao longo da intervenção, de onde pode-se constatar haver uma confiabilidade das respostas atendendo a proposta da pesquisa.

Posteriormente, os dados coletados pelo *google forms* foram impressos e foram guardados em uma pasta física por 5 anos consecutivos conforme está estabelecido no TCLE. E o link utilizado para colher as informações foi excluído após os dados coletados serem impressos.

2 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A educação faz parte constitutiva da vida na sociedade e tem relação direta com a categoria trabalho, dado que a educação se constitui em um dos processos de organização do conhecimentos aplicados e a reprodução do ser social, e nesse sentido, faz parte da constituição e evolução das forças produtivas que para Marx,

[...] toma o trabalho como fundamento ontológico do ser social. Não se trata aqui de uma primazia ou antecedência histórica, mas de uma centralidade constitutiva da dinâmica da vida social enquanto uma totalidade histórica. O trabalho é a atividade fundante do ser social por ser a atividade que o distingue dos demais seres naturais, a partir da qual se instaura e se desenvolve sua própria humanidade como produção histórica e não como mero desenvolvimento da natureza. Uma centralidade que é eliminável das formas sociais que os diferentes modos de produção da vida social assumiram e que não permanece apenas como ponto de partida originário do desenvolvimento humano. Desta forma, para pensar a educação é preciso tomar a realidade na perspectiva de totalidade, compreender que as diferentes dimensões que compõem a vida social mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica, mas também de autonomia, de mútuas determinações (CFESS, 2013, p. 17)

Portanto, a sociabilidade do capital inclui a relação mediada entre a educação e trabalho, porém só a educação, não é por si capaz de dar resposta aos complexos ligados ao modo de

produção capitalista e a contradição capital x trabalho. Ao relacionar educação e modo de produção capitalista nota-se que somente a educação formal é insuficiente à plena realização do “homem inteiramente”, esse conceito é tratado por Lukács e citado no livro: “O cotidiano e a história” de Agnes Heller, que afirma:

[...] Transformamo-nos assim em um ‘homem inteiramente’. E significa, finalmente, que esse processo não se pode realizar arbitrariamente, mas tão somente de modo tal que nessa particularidade individual se dissipe na atividade humano genérica que escolhemos consciente e autonomamente, isto é, enquanto indivíduos (Heller, 1989, p. 27).

Entende-se que essa heterogeneidade estabelece prioridades da vida cotidiana a serem enfrentadas, em contrapartida, a homogeneização toma foco somente a uma questão que suspende o cotidiano. Trata-se então do “homem inteiramente”, que concentra todas as atividades e habilidades do cotidiano autônomas e conscientes, enquanto indivíduo social livre.

A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação (Heller, 1989, p. 18.)

Em contrapartida, as instituições educacionais induzem à alienação para uma aceitação aos princípios de continuidade do capitalismo contrários a emancipação humana. Para Mészáros, esse processo está articulado com um projeto de classe dominante, numa sociedade mercantilizada, a prejuízo da sobrevivência humana, e a benefício apenas do capital.

[...] fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica de nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida (Mészáros, 2002, p. 45).

O Serviço Social atua principalmente no enfrentamento dos desafios da questão social, que é o seu objeto de trabalho ao assegurar ações que possam garantir direitos aos cidadãos, atuando com ação profissional diante das expressões da questão social. Em alguma medida

reitera a continuidade da alienação embora seu discurso seja a favor da emancipação humana, dado que há inúmeros fatores intervenientes na heterogeneidade da vida cotidiana, entre eles os processos de alienação. A profissão tem como bandeira a consolidação e construção dos direitos, e, para garantir direitos, muitas vezes, o assistente social enfrenta limitações para a efetivação de seu trabalho. Assim, o assistente social depende do Estado ou da empresa ou das organizações da sociedade civil entre os demais atores da rede. Por ser um trabalhador assalariado, sua atuação é mediada pelo trabalho, atuando com outros atores da classe trabalhadora do quadro funcional da escola. Nesse sentido o CFESS propugna uma ação na direção de enfrentamento da questão social por meio das políticas públicas.

O enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização, consolidação dos direitos sociais, como uma mediação para a construção de uma outra sociabilidade. Uma das formas de acessar e garantir esses direitos é por meio das políticas sociais. E as políticas sociais que compõem a proteção social tem se constituído em respostas, muitas vezes fragmentadas, para as complexas expressões da questão social produzidas neste sistema de exploração e dominação (CFESS, 2011, p. 27).

O Serviço Social requisitado pelo mercado de trabalho público e privado media sua atuação com o tripé da instrumentalidade movendo sua ação em três dimensões indissociáveis: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para com uma instrumentalidade inscrita na totalidade, implementar uma ação profissional que se pretenda emancipadora por meio das políticas sociais.

As políticas sociais, além de sua dimensão econômico-política (como mecanismo de reprodução da força de trabalho e como resultado das lutas de classes) constituem-se também num conjunto de procedimentos técnico-operativos, cuja componente instrumental põe a necessidade de profissionais que atuem em dois campos distintos: o de sua formulação e o de sua implementação. É neste último, no âmbito da sua implementação, que as políticas sociais fundam um mercado de trabalho para os assistentes sociais (Guerra, 1995, p. 10).

Nesse sentido para além da dimensão teórico metodológica, técnico operativa, e a dimensão ético política da instrumentalidade pauta-se nos princípios do Código de Ética (CFESS, 2013), para sua atuação. Disso decorre mover a intervenção na direção do empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando a ética na diversidade. A importância de ressaltar essa preocupação se dá porque o conservadorismo, ainda convivendo no Serviço Social, reforça comportamentos e atitudes preconceituosas. Aspira-se que a “intensão de ruptura” se consolide na categoria. Na nossa experiencia há ainda no ambiente escolar o desconhecimento de condutas adequadas ao atendimento de crianças com TEA.

Diante disso, ao aprofundar os estudos sobre pessoas com Transtorno do Espectro Autista, confirma-se que é uma pauta recente no debate social, e, ao observar as atitudes do senso comum, preconceituosas, quando vê o autista como um "doente mental". Para eliminar este estigma, torna-se bandeira do Serviço Social na educação resistir ao preconceito contrapondo com a informação científica, como escudo a essa compreensão deficiente, que se desdobra como expressão da questão social na visão conservadora entre alguns atores na educação.

Portanto, no presente artigo, destaca-se que as crianças da faixa etária de 10 meses a 4 anos, que podem ser identificadas como autistas, necessitam acompanhamento precoce pela equipe multidisciplinar para entendê-la numa dimensão de totalidade. Um processo que acolherá o maior número de opções reunidas nas políticas sociais para propiciar uma educação plena e cidadã, conforme assegurado pela Constituição Federal.

3 O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS

Conforme estabelecido na política de inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, foi previsto que as redes de ensino de educação básica tenham serviços de Psicologia e Serviço Social para atender as demandas da política de educação, trabalhando interdisciplinarmente. Compete ao Serviço Social acompanhar as famílias dessas crianças com a equipe multiprofissional da escola, buscando nas políticas sociais alternativas disponíveis no município, para promover o desempenho escolar do estudante com autismo. A partir daí o assistente social tem o papel de orientar as famílias, encaminhar as opções que estão disponíveis na rede de apoio para que as famílias não fiquem desinformadas e os estudantes incluídos.

Com a inserção e inclusão desse público na rede de ensino infantil, o que particularmente merece enfatizar é o direito dos autistas terem professores de apoio nas atividades escolares, considerando a demanda requerida conforme o quadro de necessidades do estudante. Observou-se a frequência da dificuldade da criança permanecer em sala de aula, juntamente com os outros colegas. Conforme visto na escola, percebeu-se o quanto o apoio nestes casos, contribui para o desenvolvimento educacional em seus aspectos intelectual, social, físico e psicológico no ambiente escolar. E foi possível constatar que a participação da família nesse processo é essencial.

Outro fato que chama a atenção é que através das reuniões mensais realizadas na escola com mães ficou evidente que elas não estão totalmente cientes de todos os direitos de seus

filhos, por exemplo, muitas não sabem o direito ao atendimento prioritário e que seu filho pode ter uma pedagoga a disposição dele na escola.

No entanto, de acordo com os “*Subsídios para a atuação profissional de assistentes sociais na política de educação*” (CFESS, 2013), é de extrema importância que o profissional do Serviço Social tenha um trabalho em conjunto com as famílias, auxiliando-as e orientando-as. Como por exemplo, ao preparar as reuniões, a equipe multidisciplinar busca sempre deixar claro os direitos que as crianças autistas possuem, além de mostrar às mães quais são os serviços que seus filhos podem ter acesso fora da escola que são direitos garantidos em lei.

No trabalho interdisciplinar ficou claro o quanto é fundamental a atuação da equipe multidisciplinar para garantir os direitos das crianças que são identificadas como autistas, não somente na escola, mas em todo espaço social. O Serviço Social tem sua parcela de trabalho nesse processo.

Para que os direitos dos usuários do serviço sejam mantidos, em primeiro lugar é importante que o profissional de Serviço Social saiba o seu papel e a sua importância para que assim consiga trabalhar em equipe (fisioterapeuta, pedagogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, médico e entre outros) em prol do usuário (Silva, 2020, p. 101).

Os profissionais de Serviço Social enfrentam desafios durante o desenvolvimento do seu trabalho, pois, se preocupam com a qualidade de vida da população dentro da sociedade a partir da concepção das lutas sociais por uma nova ordem societária que valoriza o acesso a uma educação emancipadora que visa garantir a ética da diversidade social, convivência cidadã, lutando contra o preconceito por cor, raça, cultura, opção sexual, e as características individuais, e em especial, no caso das crianças com TEA para tornar sua vivência na escola com resultados satisfatórios para sua cidadania.

4 O AUTISMO E O ASPECTO BIO PSICOSSOCIAL

O autismo é conhecido como uma síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento físico e psicológico dificultando a fala e a interação social da criança. Os primeiros sintomas do TEA em sua maioria vêm nos primeiros anos de vida, e isso faz com que se inicie um processo de estresse nas famílias desde o princípio dos sintomas deste transtorno.

A família de indivíduos portadores de autismo se vê frente ao desafio de ajustar seus planos e expectativas quanto ao futuro, às limitações desta condição, além da necessidade de adaptar-se à intensa dedicação e prestação de cuidados das necessidades específicas do filho (Schmidt, 2003, local 4)

É importante entender sobre como o TEA causa impacto nas relações familiares, tanto no âmbito social, quanto no econômico e político. Nesse sentido, é nítido a importância de atentar não somente às crianças com TEA, mas também dar atenção as famílias desse público, pois o autismo impacta de alguma forma a vida familiar. Cabe ao Serviço Social a disponibilidade de apoio e acolhimento às crianças e as famílias.

O diagnóstico do autismo em uma criança acaba causando um impacto na família, esse momento de certa forma acaba sendo marcante porque ocasiona repercussões no seio familiar:

O momento do diagnóstico de uma doença ou síndrome crônica para a família é permeado por um conjunto de sensações e sentimentos diversos, a exemplo da frustração, insegurança, culpa, luto, medo e desesperança, principalmente quando o paciente se remete a uma criança. O nascimento de um filho se constitui na formulação de um novo ciclo vital, o qual passa a ser idealizado pelos pais e por toda a família. Entretanto, quando ocorre alguma ruptura nesses planos todos os membros familiares são afetados (Pinto, 2016, local 3).

Além dos sentimentos ambíguos causados com a descoberta do TEA, também acaba surgindo outros problemas como o econômico, ou seja, o autismo se torna um fator da questão social porque uma família que tem uma criança com TEA em casa conseqüentemente terá uma responsabilidade duplicada: demanda maior de tempo para dar atenção a criança; maior gasto financeiros para que a criança tenha acesso aos profissionais necessários para o tratamento do TEA repercutindo na rotina cotidiana da família, aumentando custos financeiros e ampliando responsabilidades que exigem das famílias além de sua capacidade produtiva.

O diagnóstico de uma doença crônica no âmbito familiar, especialmente em se tratando de crianças, constitui uma situação de impacto, podendo repercutir na mudança da rotina diária, na readaptação de papéis e ocasionando efeitos diversos no âmbito ocupacional, financeiro e das relações familiares. Frente ao momento de revelação da doença ou síndrome crônica, a exemplo do TEA, a família comumente perpassa por uma seqüência de estágios, a saber: impacto, negação, luto, enfoque externo e encerramento, as quais estão associadas a sentimentos difíceis e conflituosos (PINTO, 2016, local 10).

Nesse contexto, é uma tarefa do Serviço Social trabalhar o Transtorno do Espectro Autista como fator da questão social, mostrar para as famílias das crianças com TEA as políticas sociais disponíveis no município para que não se sintam desamparadas.

5 MARCO LEGAL NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM T.E.A.

Para compreender a inserção da criança com Transtorno do Espectro Autista na escola de ensino regular é importante destacar as principais leis que protegem essa população. A

educação escolar é um direito social garantido por lei e cabe ao Estado a responsabilidade de garantir que esse direito seja garantido.

Conforme as diretrizes da política de educação com os direitos assegurados, nada seria possível avançar sem o aparato legal da Constituição Federal de 1988, que foi criada para garantir os direitos humanos e a cidadania.

(...) assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias (Brasil, 1988).

A Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022 estabelece normas que vedam atitudes discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoa com deficiência física ou intelectual no exercício profissional do Serviço Social. O artigo 4º logo traz que é vedado ao/a assistente social a utilização de instrumentos e técnicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos de discriminação e/ou opressão às pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial.

Essa resolução ainda reforça que o/a assistente social tem o papel de garantir e contribuir que no seu ambiente de trabalho não sejam praticados atos que discriminam pessoas com deficiência, ou seja, as oportunidades e acessos aos serviços devem estar disponíveis igualmente para todos que tem direito e asseguradas pelo Conselho Federal e pelas Regionais de Serviço Social, constituindo crime seu não cumprimento, de acordo com o artigo 7º:

Os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão aplicar as penalidades previstas pelos artigos 23 e 24 do Código de Ética Profissional, regulamentado pela Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 30 de março de 1993, Seção 1, ao/a assistente social que descumprir as normas previstas na presente Resolução, após o devido processo e apuração pelos meios competentes, garantindo-se o direito à defesa e ao contraditório (Brasil, 2022).

A partir da regulamentação dos sistemas educacionais, entendidos como um dos direitos fundamentais, foi criada em dezembro de 1996 a Lei nº 9.394 que estabeleceu as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Foram definidos os níveis de educação, que começa na educação infantil e segue para o ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior. Contudo, é por meio da LDB que todas as diretrizes, recursos e necessidades do processo educacional são direcionados de acordo com suas demandas. Assim, a LDB vem disciplinar a educação, e, ao decorrer dos anos ela vai passar por diversas mudanças. No entanto, recentemente a Lei foi atualizada sem vetos pelo governo (2018-2022), passando da Lei nº

9.394/1996, alterada pela Lei nº 14.164/2021. O artigo nº58 da LDB referenda a Lei da educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1988).

A LDB também deixa claro que haverá um professor de apoio nas escolas de ensino regular quando tiver alunos do atendimento educacional especializado. A primeira etapa da educação básica é a educação infantil, que tem como objetivo o desenvolvimento das crianças de até cinco anos nos aspectos intelectuais, psicológicos, físicos e sociais. Assim essa população é o objeto do recorte desta pesquisa, considerando que as crianças com TEA estão inseridas na classificação do transtorno global do desenvolvimento.

Com o decorrer das lutas sociais por direitos foram criadas Leis que visam uma educação de qualidade e de acesso a todos. Logo, em 27 de dezembro de 2012, foi criada a Lei nº 12764 também conhecida como “Lei Berenice Piana” que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, graças a essa Lei que foi possível a inserção e inclusão da criança autista nas escolas de ensino regular passando a ter seus direitos garantidos.

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno neurobiológico, caracterizado por déficits na comunicação, interação social e no comportamento. Pessoas com autismo podem apresentar déficit na comunicação social ou interação social (como nas linguagens verbal ou não verbal e na reciprocidade socioemocional) e padrões irrestritos e repetitivos de comportamento, como movimentos contínuos, interesses fixos e seus interesses sensoriais. Todos os pacientes com autismo partilham estas dificuldades, mas cada um deles é afetado em intensidades diferentes, resultando em situações bem particulares (Silva, 2020, p. 97).

No dia 06 de julho de 2015, foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de nº 13.146 que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência para assegurar as condições de igualdade, direito e liberdade da pessoa com deficiência física e/ou intelectual, assegurando a inclusão social. Fica claro que o autista tem um modo próprio de perceber a vida e não é coerente tomá-lo como uma pessoas doente, no entanto devido aos poucos desenvolvimentos do aparato legal essa lei pode ser evocada para fazer cumprir direitos importantes para essa população.

Em 08 de janeiro de 2020, foi criada a Lei nº 13.977 conhecida como Lei Romeo Mion, que altera a Lei Berenice Piana em que foi criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) com objetivo de promover a proteção integral, pronto atendimento e prioridade no acesso a serviços públicos e privados em todas as políticas.

Diante do aparato desta Lei, o/a assistente social pode orientar os pais ou responsáveis da criança com TEA que com esse benefício para pronta identificação que contém informações como: a identificação da pessoa com TEA para a devida prioridade de atendimento, evitando constrangimento das famílias em espaços públicos e o contato de emergência e informações sobre o responsável ou representante legal. Esse conjunto de Leis configura importantes referências do marco legal consultado e que estarão compondo o conjunto de dimensão teórico-metodológica da intervenção da profissão do Serviço Social.

Nas atividades de atendimentos da escola o instrumental de efetivação objetivada da intervenção é a Rede socioassistencial por ter um papel fundamental no processo de encaminhamento e suporte ao trabalho do assistente social. Para assegurar a todos os cidadãos as condições de igualdade, direito e liberdade é importante resgatar a assistência social, que se tornou uma política pública por meio da Constituição Federal de 1988. A política faz parte do tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se inclui no marco legal pois oferta serviços, programas e projetos especializados, de média e alta complexidade voltada aos indivíduos e famílias, incluindo pessoas com deficiência física ou psicológica, e idosas em situação de risco pessoal, social e violação de direitos. Nessa perspectiva, o SUAS tem o objetivo de garantir a proteção Social Básica, e a Proteção Social Especial, no qual a proteção social básica tem o objetivo de prevenir as situações de risco por meio do fortalecimento de vínculos, e tem o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como porta entrada, já a Proteção Social Especial (PSE), visa contribuir para o fortalecimento/reconstrução de vínculos familiares, fragilizados ou rompidos, sociais e comunitários. No entanto, a PSE é organizada através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que oferece serviços, programas e projetos especializados, de média e alta complexidade voltada aos indivíduos e famílias, incluindo pessoas com deficiência física ou psicológica e idosas em situação de risco pessoal, social e violação de direitos. De acordo com Silva:

Pode haver a fragilização ou rompimento de vínculos, afastamento do convívio familiar por conta do seu Transtorno Neurobiológico, apresentando assim a precarização dos cuidados familiares nas situações de dependência da pessoa com deficiência. Para articular as possibilidades de inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista é indispensável à garantia da proteção integral das pessoas com deficiência a que dela necessitarem, na perspectiva da construção da autonomia e da convivência familiar e comunitária (Silva, 2020, p. 100).

O SUAS torna-se assim, um importante recurso de política pública, para apoiar as famílias em risco social e também as crianças que tenham alguma deficiência física e/ou intelectual, como o TEA por exemplo. Se a criança ou adulto com o diagnóstico de TEA estiver

dentro das condicionalidades para solicitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ela terá acesso a este benefício que poderá ser solicitado por intermédio do CRAS.

Nesse sentido, o trabalho do Serviço Social com as famílias de crianças com TEA emerge como uma recente demanda na escola no processo de inserção e inclusão social dessa população. O referencial teórico elucidou, que mesmo com os direitos e deveres assegurados na Constituição Federal de 1988, estes estão sempre correndo o risco de serem violados e, é a partir desse cenário que o Serviço Social pode ser acionado com o intuito de fazer com que os direitos sejam efetivados. O Estado precisa atribuir recursos públicos para essa população e superar a lógica perversa do custo pelo investimento, que sintoniza com a democracia e não com o mercado.

A recuperação do marco legal, pretende que os pais ou responsáveis pelos alunos possam ter acesso a estas informações, e para que se torne mais conhecidas as estratégias de trabalho multiprofissional e os direitos das crianças com Transtorno do Espectro Autista na escola.

6 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA COM TEA E O SERVIÇO SOCIAL: a pesquisa como instrumento do assistente social

Essa pesquisa teve como objetivo primordial conhecer as estratégias no trabalho do/a assistente social na equipe multiprofissional e com as famílias das crianças com TEA da escola de ensino regular por meio das políticas sociais públicas, (faixa etária de 10 meses a 4 anos). A nossa hipótese inicial é que o/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola de ensino regular, por meio do atendimento multidisciplinar direto às famílias e, essa hipótese pode ser comprovada conforme os dados a seguir.

A proposta de conhecer a intervenção desenvolvida pelos profissionais de Serviço Social foi estruturada, a partir dos passos metodológicos a seguir:

1. Revisão bibliográfica específica onde foram delineados os pontos objetivos e subjetivos do tema para o completo entendimento deste trabalho;
2. Elaboração de instrumento de pesquisa de acordo com os objetivos previamente definidos no projeto de pesquisa;
3. Análise pelo Comitê de Ética na Plataforma Brasil;

4. Elaboração da amostra e recorte para a execução da coleta de dados (aplicação do instrumento de pesquisa com as duas profissionais assistentes sociais na cidade pesquisada);
5. Descrição dos dados obtidos na pesquisa mediante análise, interpretação e discussão das informações obtidas e elaboração final deste estudo.

O período de coleta de dados teve duração de aproximadamente quinze dias, em horários diferenciados, de acordo com a disponibilidade das participantes e seguindo todas as orientações para pesquisa com seres humanos (CEP-UFU).

Entre as quatro escolas selecionadas por meio de sorteio, foram entrevistadas duas assistentes sociais (motivo este justificado na introdução deste artigo), que ouviram a leitura presencial explicada do TCLE, e após concordarem com a coleta de dados foram colhidas as informações por meio do questionário disponibilizado via *WhatsApp* em que as participantes tiveram tempo livre para responder as questões. O questionário foi composto de nove perguntas abertas, foram tabuladas e precedida as análises qualitativas das respostas.

Adotou-se metodologicamente o nome de duas assistentes sociais, Margarida e Rosa, correspondendo ao pseudônimo das duas assistentes sociais participantes. A transcrição foi literal, do texto recolhido dos formulários enviados, não havendo nenhuma correção ortográfico-gramatical.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme resultados colhidos através de observação assistemática (quando a observação é feita de forma livre sem planejamento prévio) e sistemática (quando a observação é feita de forma planejada e utiliza instrumentos para a coleta de dados), por meio do questionário aplicado, pôde-se chegar aos resultados descritos. Na observação assistemática foi possível perceber como é o trabalho do Serviço Social cotidianamente, com as crianças com TEA e com suas famílias durante o período de estágio na escola de ensino infantil. Já na observação sistemática foi possível perceber detalhadamente, através de um formulário, com questões abertas sobre o cotidiano do trabalho multidisciplinar na escola de ensino regular.

O questionário foi composto por nove questões abertas, mas a primeira pergunta estava organizada em seis itens, sendo assim, as assistentes sociais responderam esses tópicos na primeira questão.

Ao serem questionadas sobre as estratégias que julgam importantes na equipe multiprofissional no atendimento às famílias das crianças com TEA, a participante Margarida relatou que

No meu ambiente de trabalho trabalhamos em equipe Assistente social psicóloga especialista professor, professor de apoio diretor escolar todos buscando uma melhor qualidade de vida definindo as condutas em conjunto e sempre tentando envolver a famílias. Temos um cuidado especial desde a pessoa do portão o inspetor serviços gerais a tia da cantina já que na maioria dos casos tem a seletividade alimentar todos trabalhamos em conjunto para que a criança tenha o suporte fundamental para alcançar resultados de forma mais rápida. Estamos sempre em contato com as famílias através de mensagem e reunião para passar todas as informações necessárias já que a maioria dos alunos são de tempo integral (Entrevistada Margarida).

A participante Rosa especificou que

O trabalho do assistente social junto com o psicólogo, consiste na formação de um grupo, em que acontece encontro mensais. Estes encontros são voltados para que haja uma troca de experiência entre as famílias, além de levar informações pertinentes ao público aqui citado. O trabalho do assistente social em conjunto com o professor, está mais voltado em informações, enfatizando sempre os direitos dos alunos. É importante o professor trabalhar e potencializar as habilidades do aluno levando-o a desenvolver sua autonomia e estimular a socialização. Uma estratégia usada para atingir a diretora, seria a conscientização da busca por uma escola efetivamente inclusiva, o que é bem difícil, porque movimentos inclusivos acontecem a todo momento no âmbito escolar. Com as inspetoras usamos encontros onde levamos, informações, acolhimento e orientações, já que muitas relatam insegurança de como agir com os alunos. Com a supervisora trabalhamos nos módulos, em que planejamos juntas algumas atividades que atenderá todos os alunos de forma geral, além de contribuir na revisão de relatórios e PDI, que é o Plano de Desenvolvimento Individual, que traz todas as informações de desenvolvimento do aluno com autismo e ou outras deficiências. Uma estratégia usada com o pessoal dos serviços gerais, é informar sobre as limitações de cada um, as restrições alimentares quando existem, algumas vezes é necessário oferecer outro alimento para o aluno (Entrevistada Rosa).

Observou-se que as profissionais estão atuando a pouco tempo na política de educação, levando em consideração o período de inserção de assistentes sociais nas escolas do município, as contratações desses profissionais tiveram início em 2020. Esperava-se uma resposta mais detalhada de ambas assistentes sociais, já que o intuito era entender como é o trabalho articulado com o psicólogo, professores, inspetores, diretora, supervisora e o pessoal de serviços gerais. Como pesquisadora considerei as respostas válidas a partir da dimensão da linguagem, pois que a linguagem é um instrumento de trabalho conforme Iamamoto nos afirma,

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas à sua formação teórico-metodológica, técnico-profissional e ético-política. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua (IAMAMOTO, 2008, p. 97).

Mas o que transparece é que o Serviço Social está atuando dentro da lógica da racionalidade instrumental, que é determinada pelo poder dos diretores e que, ainda levará um tempo para que a profissão possa desencadear novos processos, no espaço da “autonomia relativa” da profissão, envolvendo as crianças as famílias e a rede. Isso também se explica pelo pouco tempo de trabalho nas escolas e a percepção do cenário em construção.

Ao questionar sobre como é o trabalho do Serviço Social com as famílias das crianças com TEA, Margarida relatou que “Buscar garantir os direitos das famílias que na maioria não conhece intervir nas relações sociais e mediar alguns conflitos que venha surgir” (Entrevistada Margarida).

Rosa esclareceu que,

O Serviço Social trabalha com as famílias dos alunos dentro do espectro autista, levando informação e orientação quanto aos direitos dos mesmos e acolhimento. É importante ressaltar, que as famílias também necessitam de atenção e cuidados, algumas vezes a insegurança, quanto ao diagnóstico, traz muitas dúvidas e incertezas, e acolher estas famílias, ter um momento de escuta, um olhar de empatia, levar informações importantes, demonstrar os direitos da criança, pode tornar a caminhada mais leve. É orientado sobre o Benefício de Prestação Continuada, direito à inclusão, além dos encontros mensais na escola onde acontece um momento com muitas trocas de experiências, escutas e acolhimento com empatia, entendendo as dores e dificuldades de cada família (Entrevistada Rosa).

Diante dos relatos das participantes, nota-se a importância da política de assistência social para as famílias dos alunos com TEA e o acompanhamento desta família na política de educação. Entende-se que além do Serviço Social trabalhar com as famílias dessas crianças, a profissão também busca garantir os direitos tanto das crianças com TEA quanto das famílias.

Quando questionadas sobre a contribuição do Serviço Social na equipe multidisciplinar nas escolas, Margarida respondeu, “É essencial sendo que na maioria dos casos e o profissional que faz o contato com as famílias e as orienta onde buscar os serviços de saúde especialista entre outros” (Entrevistada Margarida).

Rosa esclareceu que,

O Serviço Social contribui, auxiliando a equipe multidisciplinar no embate de questões de caráter social, quando entende o indivíduo na sua totalidade, que todo o comportamento é uma reprodução do que é vivenciado no cotidiano. Existem questões que a escola tem dificuldade de lidar e intervir, neste momento que o olhar da equipe psicossocial irá contribuir para a resolução de situações adversas (Entrevistada Rosa).

Em resposta a esse questionamento, observa-se que as profissionais se importam muito com a garantia de direitos das crianças com TEA e também se percebe a importância do trabalho multidisciplinar no acompanhamento dessas crianças.

Quando questionada sobre como veem o trabalho do Serviço Social na Rede do município com as famílias dos estudantes com TEA, Margarida relata que

No meu município vejo com muito bons olhos já que no ano de 2021 foi implantado o serviço social nas escolas municipais, todas as escolas do município conta com uma profissional de serviço social pelo menos 1 vez por semana e as profissionais desempenham um ótimo trabalho principalmente em conjunto com a família e troca de experiências com os colegas em rede. Foram detectados uma quantidade muito grande de novos casos através da equipe psicossocial nas escolas (Entrevistada Margarida).

Logo, Rosa mencionou que

O trabalho do Serviço Social na Rede municipal das famílias dos estudantes TEA, eu considero que está sendo inserido, está caminhando, ainda existe muito a ser conquistado, precisa haver mais apoio das escolas para que a inclusão realmente seja alcançada (Entrevista Rosa).

A partir desses questionamentos, observou-se que as profissionais desempenham suas atividades e têm apoio da Rede presente no município para um atendimento de qualidade as crianças com TEA. Foram poucos detalhamentos em relação à Rede, mas isso não afetou o entendimento de como é feita essa articulação e confirmou-se que é uma rede que vem respondendo à demanda apesar de haver desafios.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve o objetivo de conhecer as estratégias no trabalho do/a assistente social na equipe multiprofissional, com as famílias das crianças com TEA da escola de ensino regular por meio das políticas sociais públicas, (faixa etária de 10 meses a 4 anos) disponíveis no município em cidade do Triângulo Mineiro.

Com base nas respostas ao instrumental, verificou-se a importância do Serviço Social trabalhar com a equipe multidisciplinar, a família e com a Rede na finalidade de garantir a inserção e permanência de crianças com TEA na escola municipal de ensino regular.

Através da pesquisa bibliográfica e a de campo foi possível observar que a prática da inserção e inclusão social estão diante de princípios éticos que primeiramente passam pela aceitação das diferenças individuais, das características pessoais e da convivência na diversidade.

A inclusão e inserção social de crianças com TEA na escola de ensino regular deve ser vista como um processo de construção de uma sociedade mais humana e equitativa, a partir de mudanças nos ambientes físicos e nos pensamentos de todas as pessoas. Através dos instrumentos de pesquisa utilizados para a construção deste artigo, percebeu-se que o/a

assistente social tem contribuído com seu trabalho nas escolas, mesmo diante a limitações de estrutura e de Rede.

Observou-se a importância do trabalho do Serviço Social na política de educação e da equipe multidisciplinar da escola municipal, juntamente com o/a assistente social, que estão prontas a atender as crianças, orientar os pais e/ou responsáveis sobre quaisquer necessidade dos estudantes e conta também com o apoio das Redes presentes no município.

Observou-se também que somente um depoimento mostrou os profissionais de serviços gerais no processo educacional, apesar disso, entende-se que esses profissionais são essenciais como todos os outros profissionais da escola.

Na escola, o profissional do Serviço Social visa contribuir com a qualidade da educação através do trabalho desenvolvido com as famílias das crianças, juntamente da equipe multiprofissional e do apoio das Redes presentes no município. No cotidiano de trabalho se deparará com as expressões da questão social que se materializam no espaço escolar e que impactam no processo de ação e permanência desses alunos na escola. Sendo assim, o/a assistente social busca desenvolver ações junto às famílias, aos professores, e aos demais profissionais, articular uma intervenção nas relações sociais, analisando a conjuntura e o cotidiano dos alunos e familiares.

O Estado e o investimento público também são fatores que impactam na consolidação de direitos das crianças com TEA na educação, nesse sentido, considerando o processo histórico da educação no Brasil, observa-se a falta de prioridade de investimentos para esta política social, embora direitos vem sendo conquistados com os movimentos sociais. De acordo com essa observação, Marçal (1990) salienta:

A história mostra que a educação escolar no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções por que passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade (Marçal, 1990, p. 15).

Assim, é importante considerar as inúmeras lacunas e problemáticas que marcam o processo histórico da educação no país. Com o pouco investimento público na educação presume-se que o Brasil ainda estará distante de proporcionar uma educação inclusiva e acessível, principalmente, em relação às pessoas com algum tipo de transtorno. Por isso a

importância da inserção de assistentes sociais na política de educação, profissionais que estarão sempre em busca de garantir que os direitos das crianças com TEA e de suas famílias, pois essa bandeira está na Lei de regulamentação da profissão e no Código de ética profissional, sendo também princípio do projeto ético político defendido pela categoria.

Nesse sentido, a hipótese em que o/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas, para garantir a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola de ensino infantil, por meio do atendimento multidisciplinar com as famílias, foi comprovada. Por meio da pesquisa de campo percebeu-se pelas falas que o/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças com TEA na escola de ensino regular, e que para tanto, se vale do atendimento multidisciplinar com às famílias.

A instrumentalidade do Serviço Social, habilidade adquirida no decorrer da graduação e do exercício profissional, possibilita o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos e fins de sua atuação, por meio da intencionalidade em respostas profissionais. A práxis profissional tem uma instrumentalidade, mas não se reduz somente a dimensão instrumental do técnico operativo, pois as demais dimensões teórico-metodológica e ético-política se complementam na ação de intervir por meio da mediação na realidade do cotidiano profissional do/da assistente social.

Ao conhecer o trabalho das assistentes sociais (participantes da pesquisa), na política de educação atingiu-se os objetivos específicos propostos nesta pesquisa que foram: conhecer como é o trabalho do Serviço Social com as famílias das crianças com TEA, considerando os depoimentos das participantes; e pôde-se identificar qual a contribuição do Serviço Social na equipe multiprofissional das escolas para garantir os direitos da criança com TEA. Identificou-se como é a atuação do assistente social na Rede existentes no município no trabalho com as famílias dos estudantes com TEA, buscando subsidiá-las conforme a política social disponível no município. Observou-se que há necessidade de ampliar o conhecimento para suporte teórico do Serviço Social referente a política de educação, bem porque essa é uma área que irá crescer muito nos próximos anos e necessitava de mais pesquisas e investimento científico.

A realização desta pesquisa foi importante no sentido de buscar não somente entender o trabalho do Serviço Social diante a complexidade a inclusão e inserção social da criança com TEA na escola regular, mas de conhecer as direções seguidas pelo profissional. Ao estudar a política de educação, percebe-se o quanto a luta pela garantia de direitos está presente em nossa vida, sempre em constante desenvolvimento, em meio às desigualdades e lutas pela conquista do espaço em que vive o indivíduo, no seu compromisso cívico como cidadão em lutar contra

a desigualdades, buscar e garantir direitos. Nesse contexto o Serviço Social atua decididamente amparado pelo Projeto Ético Político, pois o assistente social desenvolve trabalhos e busca meios para que o direito social, cultural e político da população de mandataria de seu trabalho seja garantido, agindo em defesa dos direitos humanos. Ainda há muito para caminhar com a educação e serviço social, mas as portas da realidade estão abertas, apesar de todas os desafios impostos pela questão social. Persistir e prosseguir é uma forma de fazer ciência de modo crítico e transformadora mente, revolucionário. Sigamos unidas/os!

REFERÊNCIAS

BERBERIAN, T. P. **Serviço Social e avaliações de negligências**: debates no campo da ética profissional. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.013>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2020. 60 p.

BRASIL. **Lei nº 13935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 29 jul. 2022.

CFESS. **Resolução CFESS nº 992, de 22 de março de 2022**. Estabelece normas vedando atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social, regulamentando os princípios II, VI e XI inscritos no Código de Ética Profissional. Brasília, DF: CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/rescfess992.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CFESS. **Serviço Social se une à semana de conscientização do autismo**: assistentes sociais mostram experiências profissionais com pessoas autistas: assistentes sociais mostram experiências profissionais com pessoas autistas. [S. l.], CFESS, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1358>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação.** [S. l.]: Ane Francco, [2014?]. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf.
 Acesso em: 29 jul. 2022.

GADOTTI, M. **Dialética do amor paterno.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 183 p.

GUERRA, I. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em:
<http://www.uel.br/cesas/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf> Acesso em: 12 dez. 2023.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1970.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paul: Cortez, 2000.

INEP. Informação da população, educação, religião e outros. [S. l.], 2021. Portal: Estados e Cidades. Disponível em: https://www.estadosecidades.com.br/mg/ituiutaba-mg_municipal.html. Acesso em: 29 abr. 2023.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação.** Rj: Ipea, 2001. Disponível em:
https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0787.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.** 2. ed. São Paulo: Veras, 2012. 144 p.

MARÇAL, P. R. R. **Educação Escolar no Brasil: Problemas, Reflexões e Propostas.** Araraquara: Coleção Textos, v. 4, UNESP, 1990. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 09 jan. 2024

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: Unesp, 2012. 227 p.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. 126 p.

MICHEL, F. V. **A criança autista na escola regular: deficiência mental, autismo, inclusão da criança autista, autismo atípico, síndrome de Asperger e atividades lúdicas para crianças autistas: deficiência mental, autismo, inclusão da criança autista, autismo atípico, síndrome de Asperger e atividades lúdicas para crianças autistas.** [S. l.], [2022?]. Disponível em:
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-crianca-autista-na-escola-regular.htm>.
 Acesso em: 22 jun. 2022.

MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** RJ: Vozes, 2016.

MORAES, A. V.; PANDJARJIAN M. *et al.* **Clínica e pesquisa do autismo: olhar ético para o sofrimento da família.** São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.48763>. Acesso em: 26 jan. 2024.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ROMEU, C. A.; ROSSIT, R. Ap. Salvador. **Trabalho em equipe interprofissional no atendimento à criança com transtorno do espectro do autismo.** Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0114>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. **A investigação do impacto do autismo na família: Revisão crítica da literatura e proposta de um novo modelo.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328067198.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SILVA, G. dos S. da *et al.* O Serviço Social como articulador da inclusão da pessoa com transtorno do espectro autista. **Revista Educação em Foco**, São Paulo, v. 12, p. 96-112, ago. 2020. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2020/06/O-SERVI%C3%87O-SOCIAL-COMO-ARTICULADOR-DA-INCLUS%C3%83O-DA-PESSOA-COM-TRANSTORNO-DO-ESPECTRO-AUTISTA.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

SILVA, S.; VIZIM, M. **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados.** Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

PINHEIRO, S. B. A. *et al.* **Projeto Político Pedagógico.** [S.l.: s.n.], 2020.

PINTO, R. N. M.; COLLET, N.; REICHERT, A. P. S.; SOUZA, N., V. L.; SARAIVA, A. M. **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares.** Universidade Federal de Campina Grande, RS, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>. Acesso em: 26 jan. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. FACULDADE DE MEDICINA. Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. **Como identificar a possibilidade de Transtorno do Espectro de Autismo (TEA) precocemente na Atenção Primária?** Porto Alegre, 13 maio 2020. Portal: Tele Saúde RS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/telessaunders/perguntas/como-identificar-possibilidade-de-transtorno-do-espectro-de-autismo-tea-precocemente-na-atencao-primaria/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

A –ANEXO PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA ESCOLA MUNICIPAL. **Pesquisador:** Flander de Almeida Calixto **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 73580723.0.0000.5152

Instituição Proponente: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.413.373

Apresentação do Projeto:

Este parecer trata-se da análise das respostas às pendências do referido projeto de pesquisa.

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos

Riscos e Benefícios” foram retirados dos documentos Informações Básicas da Pesquisa nº 2133417 e Projeto Detalhado (19_projeto_pesquisa_beatriz_25_09_2023.docx), postados, respectivamente, em 28/09/2023 e 25/09/2023.

INTRODUÇÃO

O protocolo apresenta uma pesquisa proposta por um orientador e uma orientanda do Curso de Serviço

Social da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social

(FACES) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com o intuito de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ele aborda o “[...] o trabalho do Serviço Social na escola municipal, no atendimento das famílias da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA)”. Para isso, pretendem “Coletar as informações do assistente social das escolas sorteadas, na rede de escolas municipais de Ituiutaba de ensino infantil”.

Página 01 de

METODOLOGIA

A. Pesquisa/Estudo - Trata-se de uma abordagem qualitativa de caráter exploratória com base na pesquisa bibliográfica e na pesquisa empírica. O objeto de estudos são “[...] as

estratégias de trabalho do assistente social com famílias de crianças com TEA na escola”. O trabalho será desenvolvido na rede de educação do município de Ituiutaba MG, por meio de entrevistas, que podem ser online ou presenciais.

B. Tamanho da amostra - 04 (quatro) participantes, Assistentes Sociais, de escolas municipais de Ituiutaba, que serão “[...] selecionadas por sorteio, em um universo de 19 escolas, em que serão selecionadas 4 escolas que somente atendem crianças da educação infantil da faixa etária de 10 meses a 4 anos”.

C. Recrutamento e abordagem dos participantes - O recrutamento e a abordagem dos participantes ocorrerão da seguinte forma: “Duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será levado presencialmente no dia da entrevista com a/o assistente social das escolas municipais selecionadas já com a assinatura da pesquisadora e do coordenador da pesquisa, em que será explicado também presencialmente para o participante da pesquisa e será entregue uma via deste documento”.

D. Local e instrumento de coleta de dados - O local para a coleta de dados serão as escolas do município de Ituiutaba e o ambiente virtual, pois de acordo com os pesquisadores essa coleta “[...] não será totalmente online, já que a pesquisadora irá até as escolas selecionadas para fazer um agendamento prévio da entrevista presencial com as/os assistentes sociais”. O instrumento a ser utilizado para a obtenção de informações são: i. Formulário online com 04 (quatro) questões abertas.

E. Metodologia de análise dos dados “Nessa pesquisa a análise de dados será elaborada com base no referencial teórico do objeto de estudo que se trata das estratégias de trabalho do assistente social com famílias de crianças com TEA na escola. Além disso, também será utilizada a pesquisa empírica, com o objetivo de coletar dados para confrontar com as informações da literatura disponível. A análise do referencial teórico que desencadeou o desenvolvimento dessa pesquisa, no que diz respeito ao trabalho do Serviço Social com a família da criança com Transtorno do

Página 02 de

Espectro Autista na escola municipal, objetivará conhecer quais são as estratégias que os assistentes sociais desenvolvem em seu trabalho com as famílias que contribuem para que os direitos das crianças sejam garantidos”.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO - “Fará parte da pesquisa as escolas sorteadas que tem o assistente social no seu quadro, que atendem as famílias de crianças com TEA”.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO - “Está excluído desta pesquisa as escolas que não foram sorteadas e/ou que tem o assistente social no seu quadro, que atendem as famílias de crianças com TEA e as escolas que não tem assistente social no município”.

CRONOGRAMA - Coleta de dados de 25/10/2023 a 25/11/2023.

ORÇAMENTO - O Valor é de R\$ 100,00 (cem reais). Financiamento próprio.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO - “Conhecer as estratégias desenvolvidas pelo assistente social na equipe multiprofissional atendem as famílias das crianças autistas da escola de ensino regular por meio das políticas sociais públicas”.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS - “Conhecer como é o trabalho do Serviço Social com as famílias das crianças autistas. Conhecer qual a contribuição do assistente social na equipe multidisciplinar desenvolve nas escolas para garantir os direitos da criança autista. Conhecer como é a atuação do assistente social na Rede existente do município no trabalho com as famílias dos estudantes com TEA”.

HIPÓTESE - “O/a assistente social se instrumentaliza nas políticas sociais públicas para garantir a inclusão e permanência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola de ensino regular, por meio do atendimento multidisciplinar direto às famílias”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS – “Os riscos que essa pesquisa poderá oferecer é de perda dos dados coletados, com a identificação da escola municipal e a identificação da família das crianças com TEA”.

Página 03 de

BENEFÍCIOS – “O benefício desta pesquisa é conhecer o processo de atendimento da família da criança com TEA, para qualificar a produção de projetos que beneficiam essa população e contribuir para conhecer o trabalho profissional nesse momento de implantação do serviço social nas escolas do município”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

As pendências listadas no Parecer Consubstanciado nº 6.319.883, de 23 de setembro de 2023, e atendidas, seguem abaixo, bem como a resposta da equipe de pesquisa e a análise feita pelo CEP/UFU.

Pendência 1 - Descrever nos Critérios de Inclusão e Exclusão que os participantes são os profissionais da área de Assistência Social e não as escolas. Assim, quais os critérios para incluir e excluir esses participantes? Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado. Segue as definições apontadas por Luna Filho (1998) *:

"Critério de Inclusão - Define as principais características da população alvo e acessível. É importante tomar decisões que: 1) possam ser usadas durante o estudo; 2) possam ser generalizadas para outras populações; 3) caracterizem geograficamente e temporalmente a população acessível, envolvendo decisões sobre objetivos práticos e científicos";

"Critérios de exclusão – Indica o subgrupo de indivíduos que, embora preencha os critérios de inclusão, também apresenta características ou manifestações que podem interferir na qualidade dos dados, assim como na interpretação dos resultados", o CEP/UFU solicita a reescrita dos critérios de inclusão e exclusão apresentando as principais características dos participantes da pesquisa. Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado.

RESPOSTA - “CRITÉRIO DE INCLUSÃO Fará parte da pesquisa os profissionais da área de Serviço Social das escolas sorteadas, que atendem as famílias de crianças com TEA, na faixa etária de 10 meses a 4 anos. CRITÉRIO DE EXCLUSÃO Estão excluídas desta pesquisa os profissionais da área de Serviço Social das escolas que não foram sorteadas, que atendem as famílias de crianças com TEA na faixa etária de 10 meses a 4 anos”.

Página 04 de

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 2 - Descrever como serão realizados o recrutamento e a abordagem dos possíveis participantes da pesquisa, bem como o esclarecimento sobre a pesquisa e a coleta de assinaturas nos termos de consentimentos. Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado.

RESPOSTA - “Duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será levado presencialmente no dia da entrevista com a/o assistente social das escolas municipais selecionadas já com a assinatura da pesquisadora e do coordenador da pesquisa, em que será explicado também presencialmente para o participante da pesquisa e será entregue uma via deste documento. Após o TCLE ser lido, o mesmo deverá ser assinado pelo participante da pesquisa. Metodologicamente, a proposta partirá de entrevista com uma assistente social das escolas municipais, selecionadas por sorteio, em um universo de 19 escolas, em que serão selecionadas 4 escolas que somente atendem crianças da educação infantil da faixa etária de 10 meses a 4 anos. No entanto a coleta de dados não será totalmente online, já que a pesquisadora irá até as escolas selecionadas para fazer um agendamento prévio da entrevista presencial com as/os assistentes sociais. No dia da entrevista será disponibilizado pelo aplicativo de WhatsApp

o link:<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdwgswewrDsdITZLwXK5hLGwpI7ZHMC>

euGHesxYhnarV_Ku7w/viewform?usp=sf_link disponível no google forms. Neste link contém um formulário com 9 questões abertas.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 3 - Readequar na Declaração Coparticipante o período de coleta de dados, que será realizado nas escolas selecionadas, pois a data está ultrapassada. Anexar na Plataforma Brasil.

RESPOSTA - “Autorizo os(as) pesquisadores(as) Flander de Almeida Calixto e Beatriz Vieira Silva Pereira realizarem a(s) etapa(s) de pesquisa de campo nas escolas da rede municipal de Educação

Página 05 de

(com crianças da faixa etária de 10 meses a 4 anos de Ituiutaba MG, no período de 25/10/2023 a 25/11/2023 utilizando-se da infraestrutura desta Instituição”.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 4 – Descrever, no item Metodologia de Análise de Dados, os procedimentos específicos para analisar as respostas do formulário online e o resultado das observações obtidas na pesquisa empírica. Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado.

RESPOSTA - “As respostas do formulário online e o resultado das observações obtidas na pesquisa empírica serão utilizadas para chegar a uma conclusão qualitativa, pois através das informações obtidas será possível interpretar os elementos para chegar a conclusões a respeito de comprovar ou não a hipótese deste projeto de pesquisa. Nesta pesquisa os possíveis desfechos primários e secundários não se aplica”.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 5 – Como foram apresentados os dois itens, reescrever os possíveis desfechos primários e secundários que podem ser obtidos após a aplicação das entrevistas, as observações empíricas e as análises dos dados obtidos? Caso a equipe executora entenda que não há desfechos, pode-se mencionar "Não se aplica". Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado.

RESPOSTA - “Nesta pesquisa o desfecho primário é coletar dados, analisar esses dados e produzir um artigo. O desfecho secundário é a defesa desse artigo em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a publicação em revista”.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Na pendência anterior, os pesquisadores escreveram “Nesta pesquisa os possíveis desfechos

Página 06 de

primários e secundários não se aplicam”. Apesar disso, reafirmam nessa resposta, e no anexo da Plataforma Brasil os mesmos desfechos primários e secundários que originaram essa pendência. Como o próprio CEP/UFU deixa bem claro ao formular a pendência 5, que poderia mencionar "Não se aplica", dessa maneira, aceita-se o posicionamento dos pesquisadores e considera que a pendência foi atendida.

Pendência 6 - Descrever os possíveis riscos aos participantes da pesquisa inclusive as ações a serem realizadas para mitigar esses possíveis riscos. Adequar no Formulário Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado.

RESPOSTA - “Os riscos que essa pesquisa poderá oferecer é de perda dos dados coletados, com a identificação da escola municipal, a identificação dos participantes da pesquisa e a identificação da família das crianças com TEA. Mas a equipe executora irá modificar os nomes das escolas e, os profissionais do Serviço Social participantes da pesquisa serão identificados por pseudônimos usando nome de mulheres que foram importantes para a educação”.

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Pendência 7 – No TCLE contém os cuidados para a realização de pesquisas virtuais, em acordo com as orientações do CEP/UFU. No entanto, o anexo desse TCLE está escrito em uma página, com letras de tamanho muito pequeno e espaço muito reduzido. Assim, há dificuldades de leitura e isso atrapalha na compreensão desse documento. Então, é necessário fazer as adequações necessárias para facilitar a leitura e a compreensão dos participantes da pesquisa. Ajustar no TCLE escrito, inclusive, incluir o número de questões do questionário, e colocar todas as informações no TCLE a ser enviado pelo link virtual.

RESPOSTA - “Conduta: foi adicionado na Plataforma Brasil o TCLE escrito em formato de Word com adequações necessárias para facilitar a leitura e compreensão dos participantes da pesquisa. Todas as pendências foram corrigidas no TCLE”.

Página 07 de

ANÁLISE DO CEP/UFU - Pendência atendida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados foram verificados e estão relacionados no item apropriado a seguir, de acordo com as normas e procedimentos do CEP/UFU.

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no Parecer Consubstanciado nº 6.319.883, de 23 de setembro de 2023, foram atendidas. Portanto, nessa versão o CEP/UFU não encontrou nenhum óbice ético.

De acordo com as atribuições definidas nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/16 e suas complementares, o CEP/UFU manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa.

Prazo para a entrega do Relatório Final ao CEP/UFU: JUNHO/2024.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DE PESQUISA DEVE SER INFORMADA, IMEDIATAMENTE, AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE ÉTICA.

O CEP/UFU alerta que:

a. Segundo as Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16, o pesquisador deve manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

b. O CEP/UFU poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e

Página 08 de

documentação pertinente ao projeto;

c. A aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento às Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica da pesquisa.

ORIENTAÇÕES AO PESQUISADOR:

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização e sem prejuízo (Resoluções CNS nº 466/12 e nº 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, na íntegra, por ele assinado.

- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado pelo CEP/UFU e descontinuar o estudo após a análise, pelo CEP que aprovou o protocolo (Resolução CNS nº 466/12), das razões e dos motivos para a descontinuidade, aguardando a emissão do parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Resolução CNS nº 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro); e enviar a notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apresentando o seu posicionamento.

- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. No caso de projetos do Grupo I ou II, apresentados à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador também deve informá-la, enviando o parecer aprobatório do CEP, para ser anexado ao protocolo inicial (Resolução nº 251/97, item III.2.e).

Página 09 de

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2133417.pdf	28/09/2023 17:07:11		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	8TCLE_28_09_23_destacado.pdf	28/09/2023 17:02:27	BEATRIZ VIEIRA SILVA PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	4declaracao_coparticipante_28_09_2023.pdf	28/09/2023 08:36:22	BEATRIZ VIEIRA SILVA PEREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	19_projeto_pesquisa_beatriz_25_09_2023.docx	25/09/2023 19:03:38	BEATRIZ VIEIRA SILVA PEREIRA	Aceito
Outros	respostas_pendencias_cep_25_09_2023.docx	25/09/2023 19:01:49	BEATRIZ VIEIRA	Aceito

			SILVA PEREIRA	
Declaração de Pesquisadores	link_questionario_online.docx	13/08/2023 11:38:17	BEATRIZ VIEIRA SILVA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	26/05/2023 14:26:13	BEATRIZ VIEIRA SILVA PEREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	1Questionario_online.docx	23/05/2023 12:06:30	Flander de Almeida Calixto	Aceito
Declaração de concordância	1confidencialidade.pdf	23/05/2023 12:01:35	Flander de Almeida Calixto	Aceito
Declaração de Pesquisadores	lattes.docx	23/05/2023 12:00:57	Flander de Almeida Calixto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLANDIA, 07 de outubro de 2023

Assinado por:**ALEANDRA DA SILVA FIGUEIRA SAMPAIO****(Coordenador(a))**

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “O trabalho do Serviço Social no atendimento das famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola municipal”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Beatriz Vieira Silva Pereira e Flander de Almeida Calixto**. Nesta pesquisa nós estamos buscando como objetivo conhecer o trabalho profissional desenvolvido pelo assistente social na equipe multiprofissional para atender as famílias das crianças autistas da escola de ensino regular faixa etária de 10 meses a 4 anos, por meio das políticas sociais públicas. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será entregue com a pesquisadora da equipe, será lido e então, entregue aos participantes da pesquisa para a coleta de dados presencialmente no dia da coleta. A etapa de coleta de dados para fins da pesquisa científica será feita somente após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética. Você tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. É importante ressaltar que você como participante da pesquisa tem o direito de se recusar a assinar o termo e não participar da pesquisa em qualquer estágio de desenvolvimento. Você, participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento e terá o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016). Na sua participação, será aplicado um questionário quando você está recebendo um link do google forms disponibilizado via WhatsApp ou por e-mail, conforme escolha do participante, com 9 perguntas abertas, dirigidas a você, participante voluntário da escola sorteada.

Posteriormente, os dados coletados serão impressos e guardados em uma pasta física por 5 anos conforme as determinações CEP-UFU. Serão consideradas as exigências éticas de pesquisas com seres humanos (CEP- UFU) entre elas o anonimato dos participantes e omissão da cidade onde se deu a coleta de dados pois, serão substituídos por nomes fictícios. O TCLE, que traz as regras éticas, está sendo lido presencialmente pela pesquisadora, explicado e esclarecido; qualquer dúvida do participante. As análises das respostas serão qualitativas considerando que se pretende conhecer a singularidade daquele trabalho realizado naquele recorte específico de intervenção nas escolas sorteadas. Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar da pesquisa. A coleta será em horário e local definido pelo participante de modo não gerar custos e/ou problemas com a atividade laboral, com o tempo que o participante necessitar.

Nós, pesquisadores, atenderemos as orientações Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2 f e nº 510/2016, At. 28: IV – manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa. É compromisso do pesquisador responsável a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV). O tempo de coleta será inferior a 40 minutos, após a adesão do participante com livre disponibilidade de tempo para responder as questões. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada. Os riscos consistem em relação a identidade do participante do estudo, caso o registro da entrevista for perdido, mas como não haverá nenhuma identificação pessoal, pois será usado um nome fictício, para o participante voluntário e para o local de coleta, esse risco está suprimido. Os pesquisadores usarão estratégias éticas para manter completo sigilo dos dados informados. O acesso aos dados será feito por um membro da equipe de pesquisa, abaixo assinado, que está plenamente informado sobre as exigências de confidencialidade. Para minimizar alguns riscos do ambiente virtual, é importante que você tenha todo o cuidado com a segurança e privacidade do local quando realizar o acesso às etapas virtuais da pesquisa para que sejam garantidos o sigilo e a confidencialidades necessários.

O benefício será conhecer o processo de atendimento da família da criança com TEA, para qualificar a produção de projetos que beneficiam essa população e contribuir para conhecer o trabalho profissional nesse momento de implantação do serviço social nas escolas do município. Havendo algum dano recorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 354 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19). Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. É compromisso do pesquisador responsável a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV). **Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você, assinada e rubricada pelos pesquisadores.**

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Flander de Almeida Calixto flander@ufu.br e Beatriz Vieira Silva Pereira beatriz.silva1@ufu.br, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social – FACES, campus Pontal, Rua 20, nº 1600 - Bairro

Tupã - Ituiutaba - MG - CEP 38304-402, Universidade Federal de Uberlândia, telefone: (34) 3271-5262. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf. Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde. Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/Cartilha_Direitos_Eticos_2020.pdf O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Ituiutaba, ____ de _____ de 2023.

Beatriz Vieira Silva Pereira
Pesquisadora da FACES UFU

Flander de Almeida Calixto
Coordenador da Pesquisa

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

1ª via participante

2ª via pesquisador